



Anais da Assembléia

D.A. 209

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Hortício Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Caritório - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Hortício Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 130ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1997
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Tetchy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete do Presidente
OFÍCIO Nº 406/97 - G.P.
Curitiba, 26.11.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei que cria o **Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS**, objetivando obter recursos financeiros para atender despesas de capital, para equipar, construir e reformar os fóruns do Estado, para ampliar os serviços de informática e suprir outras necessidades materiais.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) HENRIQUE CHESNEAU LENZ CÉSAR
Presidente do Tribunal de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Cria o "Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário" - FUNREJUS, com a finalidade de prover recursos para reequipar o Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica criado o "Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário" - FUNREJUS.

Art. 2º - O Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário tem por finalidade suprir o Poder Judiciário Estadual com os recursos financeiros necessários para fazer face as despesas com:

- I. aquisição, construção, ampliação e reforma dos edifícios forenses e outros imóveis destinados ao Poder Judiciário;
- II. aquisição de equipamentos e material permanente;
- III. implementação dos serviços de informática da Justiça Estadual;
- IV. despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal, em até, no máximo, 10% (dez por cento) da receita do Fundo.

Parágrafo Único - Não serão admitidos, por conta do FUNREJUS, pagamentos e gratificações e encargos com custeio de pessoal e outras despesas correntes, ressalvados o disposto no item IV.

Art. 3º - Constituem-se receitas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário:

- I. dotação orçamentária própria, os recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;
- II. saldo financeiro resultante da execução orçamentária do Poder Judiciário, disponível ao final de cada exercício, deduzido o valor inscrito em restos a pagar;
- III. saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio fundo;
- IV. recursos provenientes do recolhimento de valores excedentes da despesa autorizada com telefonia;
- V. receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Poder Judiciário;
- VI. o produto da venda de cópia dos editais de licitação de obras, aquisição de equipamentos e outros;
- VII. 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do título, do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protesto de títulos, registro de imóveis, títulos e documentos e tabelionatos;
- VIII. 50% (cinquenta por cento) das custas decorrentes dos atos dos Tribunais de Justiça e de Alçada, fixadas no Regimento de Custas;
- IX. valores oriundos do porte postal para devolução de documentos e processos;
- X. taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pelo Poder Judiciário;
- XI. taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Poder Judiciário;
- XII. o produto da alienação de bens, móveis e imóveis, incluídos na carga patrimonial do Poder Judiciário;
- XIII. o produto da arrecadação da Taxa Judiciária;
- XIV. valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e disquetes, por meio de transmissão telefônica e outros;
- XV. receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Poder Judiciário;
- XVI. subvenções, doações, legados e contribuições de pessoas físicas e

jurídicas de direito público ou privado;

- XVII. o produto da remuneração das aplicações financeiras do Poder Judiciário;
- XVIII. 100% (cem por cento) da retenção do imposto de renda incidente na fonte, sobre vencimentos e proventos pagos aos magistrados e aos servidores do Poder Judiciário;
- XIX. multas contratuais aplicadas no âmbito administrativo dos Tribunais de Justiça e de Alçada;
- XX. taxa de ocupação das dependências dos imóveis do Poder Judiciário;
- XXI. as custas decorrentes da aplicação do art. 55 da Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;
- XXII. receita decorrente dos descontos efetuados nas folhas de pagamento do Poder Judiciário, em decorrência de faltas e atrasos não justificados;
- XXIII. valores da venda das ações da TELEPAR relativas à aquisição dos terminais telefônicos pertencentes ao Poder Judiciário;

XXIV. outras receitas eventuais;

Parágrafo Único - As receitas do FUNREJUS não integram o percentual da receita estadual destinado ao Poder Judiciário, previsto na Lei nº 11.802, de 17 de julho de 1997.

Art. 4º - O Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o presidirá, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor Geral da Justiça e por mais 5 (cinco) membros, os quais serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Órgão Especial.

Art. 5º - Os recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário serão recolhidos em conta especial do estabelecimento bancário oficial do Estado.

Art. 6º - Os bens adquiridos com recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário serão imediatamente incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário.

Art. 7º - Aplica-se à administração financeira do Fundo, no que couber, o disposto na Lei Federal nº

4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 8º - O Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário será dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o ordenador das despesas e o seu representante legal.

Art. 9º - O FUNREJUS prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 10 - O Presidente do Tribunal de Justiça expedirá instruções normativas referentes à organização, estruturação e funcionamento do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário e quanto aos documentos e procedimentos para arrecadação de suas receitas, submetendo-as a aprovação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS tem por objetivo fundamental obter recursos financeiros para as despesas decorrentes da aquisição de equipamentos, material permanente e, principalmente, aquisições, construções, ampliações e reformas dos prédios destinados ao Poder Judiciário.

A criação do Fundo suprirá parte das necessidades do Judiciário Estadual, visando atingir os fins da jurisdição, pois a aquisição dos equipamentos necessários, entre os quais os de informática, certamente permitirão a celeridade desejada para os serviços de sua competência.

É certo que em inúmeras comarcas são necessárias urgentes reformas, ampliações ou construções de seus fóruns e, como é sabido, os recursos orçamentários de que dispõe o Tribunal de Justiça não são suficientes para cobrir as despesas que lhe são impostas.

A Comarca de Curitiba, a mais importante do Estado, ainda não dispõe de seu Fórum próprio, sendo desalentadora a visão do seu prédio inacabado, que poderá ser revertida com a criação do FUNREJUS.

A população paranaense, em especial, vem reclamando uma mais célere prestação jurisdicional, que se poderá alcançar suprimindo-se as necessidades fundamentais do Poder Judiciário.

A criação do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, proposto no anteprojeto de lei em anexo, permitirá ao Poder Judiciário os meios necessários para enfrentar o desafio da modernidade, com utilização de aparelhamento tecnológico adequado ao atendimento dos reclamos e das aspirações de toda a sociedade paranaense.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2956

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência à família do Senhor Herminio Nath, de Cascavel, manifestando votos de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 20 de novembro de 1997.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Pioneiro cascavelense, Herminio Nath faleceu no último dia 20, quinta-feira, deixando filhos e netos, além de um vasto círculo de amigos.

Transmitindo como seu maior legado a todos aqueles que o conheciam e o admiravam, seus exemplos e ensinamentos.

REQUERIMENTO Nº 2957

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência à família de Epiphânio Alves de Figueiredo, de Cascavel, manifestando votos de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 16 de novembro de 1997.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O advogado Epiphânio Alves de Figueiredo, faleceu aos 76 anos, em decorrência de um ataque cardíaco, ocorrido na madrugada do dia 16 de novembro, deixando 4 filhos: Valéria, Paulo, Cláudio, Thaís, e 4 netos: Ana Paula, Leandro, Sara e Andrei.

Epiphânio Alves de Figueiredo nasceu em Ilhéus, Bahia, no dia 25 de maio de 1921.

Formado em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), foi o primeiro juiz substituto da Comarca de Cascavel.

No dia 09 de julho de 1954 chegou à Cascavel, designado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para realizar um casamento e acabou empossado automaticamente.

Fixou residência na cidade e casou-se com a professora Maria Tereza de Abreu Figueiredo (falecida em 1985).

Durante os 43 anos de convivência com a comunidade cascavelense, conseguiu conquistar a admiração e respeito de todos, fundado em seu senso de justiça singular, seriedade e competência, tornando-se uma das poucas raras unanimidades.

Profissionalmente, destaca-se o período de 88 a 92, em que desempenhou a função de Procurador Jurídico de Cascavel e atualmente integrava a equipe editorial da Revista "Catedral" e o Diretório Municipal do PMDB, Partido ao qual dedicou-se por vários anos fazendo parte, inclusive, da ala dos históricos.

Na história de Cascavel, município que ajudou a construir com coragem e determinação, estão registradas as ações de Epiphânio Alves de Figueiredo. Foi ele o disciplinador na época mais difícil da história do nosso município, a década de 50.

REQUERIMENTO Nº 2967

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de profundo pesar à família de Antonio Francisco Correia da Silva, Vereador do Município de Coronel Domingos Soares, falecido no dia 25, naquele município.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente, a finalidade de prestar uma última e singela homenagem ao Antonio Francisco Correia da Silva, que sempre foi um exemplo de honra e honestidade e que, certamente, habitará os pensamentos e ações de seus familiares e de todas as pessoas que tiveram o privilégio de desfrutar de seu convívio.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos demais Pares, no sentido de aprovar o presente Requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2968

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Antonio Francisco Correia da Silva, ocorrido no dia 25.11.97, no Município de Coronel Domingos Soares - PR.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 34 anos, faleceu, no Município de Coronel Domingos Soares, o Vereador Antonio Francisco Correia da Silva, em 25.11.97.

O extinto deixou viúva Dona Sirlei Aparecida Soares da Silva, deixando também duas filhas.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Antonio Francisco Correia da Silva.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lem-

brança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Antonio Francisco, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Correia da Silva, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Porto Vitória, pela passagem de seus 33 anos de emancipação política, no próximo dia 08 de dezembro/97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Vicente Luiz Schaitz, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito, Senhor Vero Lúcio Vier; bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de Porto Vitória.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que a população de Porto Vitória irá comemorar no próximo dia 08.12 mais um aniversário de sua emancipação política.

A história de Porto Vitória é uma história de trabalho e luta sempre renovada pela fibra de seu povo, com a colaboração de seus administradores de todos os tempos.

Toda a população de Porto Vitória é digna do nosso respeito e admiração, na certeza de que continuará sempre com a mesma garra desenvolvendo importante trabalho em prol da grandeza do município.

Através desta proposição, parabenizamos a laboriosa população de Porto Vitória, que almeja um futuro de paz, progresso e desenvolvimento ao seu município.

REQUERIMENTO Nº 2944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Metalúrgica Schiffer, pelo trabalho desenvolvido no Município de Ponta Grossa desde o ano de 1938.

A empresa que atualmente fabrica 300 tipos diferentes de equipamentos, era primeiramente apenas uma oficina mecânica para consertos de máquinas e serviços de torno.

Na primeira década de funcionamento, a empresa se consolidou. As exportações tiveram início no ano de 1967.

De lá para cá a empresa gerou inúmeros benefícios para o município, principalmente no tocante a empregos, bem como ajudou na consolidação e desenvolvimento do Bairro Nova Rússia.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Presidente da Metalúrgica Schiffer, Roberto Guilherme Conrado Schiffer; à família Conrado Schiffer; aos Diretores e funcionários da empresa, sito na Avenida Ernesto Vilela, 1.701, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2945

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao historiador e professor Roberto Edgar Lamb, pelo lançamento do livro "Uma Jornada Civilizadora".

O livro aborda o período de 1867 a 1892, dá enfoque para a questão da imigração, sem se apropriar do discurso oficial das autoridades da época; mostrando o contato dos imigrantes com a população nacional, destacando os aspectos culturais da relação e os conflitos que houveram.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao historiador e professor Roberto Edgar Lamb, sito a Rua General Carneiro, 784, Bloco 1, Ap. 06, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2946

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações a CELEPAR (Companhia de Informática do Paraná), pela comemoração de seu 33º aniversário.

A informatização do Governo do Paraná começa pelo Plano Setorial de Informática, instrumento que permite ao Estado ter uma visão global das necessidades de informatização da administração pública.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Presidente da CELEPAR, Francisco Krassuski, aos demais Diretores e funcionários da instituição, sito a Rua Mateus Leme, 1.561, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2947

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações aos professores José Jairo Baluta e J. S. Fagundes Cunha, pelo lançamento do livro "O Processo Penal à Luz do Pacto de São José".

O lançamento desta obra é de suma importância, não somente para os professores, mas também para o Departamento de Direito da UEPG, para a Cidade de Ponta Grossa e para todos os advogados e profissionais da área, que tiverem a oportunidade de conhecer o referido livro.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência aos professores José Jairo Baluta e J. S. Fagundes Cunha, sito a Rua Coronel Dulcídio, 983, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2948

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao jornalista Léo Pasetti, responsável pela coluna "Happynews", veiculada no "Jornal da Manhã", na Cidade de Ponta Grossa.

A referida coluna vem sempre formada por assuntos do mais alto nível, contando sempre com o arranjo profissional do jornalista acima citado.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao jornalista Léo Pasetti, sito à Rua Santos Dumont, 1.039, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2950

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Coral Filadélfia, pela comemoração de seus 37 anos de fundação.

O Coral Filadélfia foi fundado em 13 de novembro de 1960, com o propósito de agrupar pessoas para se aperfeiçoarem no canto coral e, acima de tudo, prestarem louvores a Deus.

Ao longo destes 37 anos, o Coral tem cantado em cultos, casamentos, bodas, aniversários, formaturas, em Ponta Grossa e outras cidades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Coral Filadélfia, em nome do maestro Ivo Mariano Rosa e de todos os integrantes do Coral, sito a Rua Júlia Wanderley, 573, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela passagem de mais um aniversário do Município de Paracity.

Requer-se, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A formação do núcleo de colonização que deu origem ao Município de Paracity, data de 1949, quando ocor-

reu o início da derrubada das matas do perímetro urbano.

Nesse ano a empresa colonizadora que demarcou e mediu a área, colocou à venda 6.400 lotes urbanos e 200 chácaras ao redor do povoado.

A riqueza do solo, próprio para o cultivo do café, atraiu centenas de famílias, provocando o rápido crescimento do novo núcleo, tal sorte que em 10 de fevereiro de 1953, pela Lei Municipal nº 16, era criado o Distrito Administrativo de Paranacity, com território pertencente à Nova Esperança.

Já no ano seguinte, em 26 de novembro de 1954, pela Lei nº 253, o Distrito foi elevado à categoria de Município, fato que hoje comemora 43 anos.

A instalação oficial do município ocorreu em 4 de dezembro de 1955, tendo sido seu primeiro Prefeito o Senhor Venério Paulo Venério. A população de Paranacity as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2952

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações com o Município e Engenheiro Beltrão, pelo transcurso de seu aniversário de emancipação política e instalação oficial.

Da decisão da Casa, requer-se sejam comunicados o Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

No final da década de quarenta, a Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Limitada, adquiriu extensa área de terras pertencentes ao Governo do Paraná, para ali instalar um núcleo que recebeu a denominação de Engenheiro Beltrão, numa homenagem ao Engenheiro Civil Francisco Gutierrez Beltrão, que se notabilizou fundando cidades.

O Engenheiro Beltrão foi também integrante do Parlamento paranaense.

O fantástico progresso do recém criado patrimônio permitiu a sua elevação à condição de Distrito Judiciário

e Administrativo em 27 de janeiro de 1951, através da Lei nº 613.

A elevação do Distrito à categoria de Município ocorreu através da Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, com seu território desmembrado do de Peabiru.

A instalação oficial do novo município só veio a ocorrer um ano após, ou seja, em 26 de novembro de 1955, quando foi empossado o seu primeiro Prefeito Municipal, Senhor Joaquim Antônio Bueno.

Registramos assim as homenagens deste Poder Legislativo à população e às autoridades constituídas de Engenheiro Beltrão.

REQUERIMENTO Nº 2953

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, para que seja consignada na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações com o Município de Presidente Castelo Branco, pelo transcurso do 32º aniversário da instalação oficial do município.

Requer-se ainda que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Presidente Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Presidente Castelo Branco, a exemplo de várias dezenas de outras cidades, também foi obra colonizadora da Companhia de Terras Norte do Paraná.

A primeira denominação dada ao município foi de Iróí, de origem Tupi, cujo significado é "água limpa".

De acordo com a Lei nº 53, o Patrimônio Iróí foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, isto em 16 de março de 1954, na ocasião, pertencente ao território de Nova Esperança.

Em 21 de dezembro de 1964, conforme Lei Estadual sob nº 4.992, Iróí foi elevado à Município, com a denominação de Presidente Castelo Branco, em homenagem ao Presidente da República da época.

A instalação do novo município só veio a ocorrer no ano seguinte, em 29 de novembro de 1965, quando foi

empossado seu primeiro Prefeito Municipal, Senhor Euclides Pavim.

Registramos assim as nossas homenagens à população e às autoridades constituídas de Presidente Castelo Branco.

REQUERIMENTO Nº 2954

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja registrado em Ata dos Trabalhos desta Casa, voto de congratulações pelo transcurso, no próximo dia 29 de novembro, do 34º aniversário do Município de Santa Izabel do Oeste.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento do presente Requerimento ao Excelentíssimo Senhor Evandro Moisés Bocchi, digníssimo Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A consolidação do povoado de Santa Izabel como efetivamente ativa, teve início em meados do ano de 1959, quando teve origem o movimento para emancipação do núcleo a Distrito Administrativo, o que aconteceu em 05 de maio de 1962.

Graças ao grau de desenvolvimento alcançado, em 29 de novembro de 1963, pela Lei Estadual nº 4.788, sancionada pelo Governo Ney Braga, foi criado o Município de Santa Izabel do Oeste.

A instalação oficial do município deu-se em 14 de dezembro de 1964 e, a partir de então, o município vem crescendo, graças ao empenho e trabalho de sua gente e das autoridades municipais.

Nesta festiva data, queremos manifestar nossos parabéns aos santaisabelenses, desejando que seu município continue a se desenvolver, sob as bênçãos de sua padroeira.

REQUERIMENTO Nº 2955

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja registrado em Ata dos Trabalhos desta

Casa, voto de congratulações pelo transcurso, no próximo dia 29 de novembro, do 36º aniversário do Município de Renascença.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento do presente Requerimento ao Excelentíssimo Senhor José Kresteniuk, digníssimo Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Os primeiros moradores do atual município, foram caboclos paranaenses, que acabaram vendendo suas terras, antigas posses, a colonos gaúchos e catarinenses, que migraram em massa para a região, a partir da década de 30.

O primeiro núcleo de colonização denominava-se Vargem Bonita e, aos poucos, transformou-se em progressista povoação.

Pela Lei Estadual nº 4.245, de 25 de julho de 1960, o então Distrito Administrativo foi elevado à categoria de município, com sua denominação alterada para Renascença. A instalação oficial deu-se em 29 de novembro de 1961.

Nesta significativa data, nossa homenagem e os melhores votos de crescente desenvolvimento ao Município de Renascença, às autoridades constituídas e à população em geral.

REQUERIMENTO Nº 2958

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações para o Senhor Ilson Mendes, Prefeito Municipal de Sabáudia, pela comemoração dos 42 anos do município, neste dia 26 de novembro de 1997.

Peço enviar cópia à Prefeitura de Sabáudia, sito à Praça Bandeira, 47, CEP 86720-000 - Sabáudia, PR.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2962

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de con-

gratulações ao Município de Califórnia - PR, alusivos a comemoração do 42º aniversário do município, na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Getúlio Voltareli, através de correspondência a ser encaminhada à Rua 17 de Dezembro, 149, CEP 86829-000, Califórnia-PR.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2963

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Califórnia - PR, alusivos a comemoração do 42º aniversário do município, na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Luiz Bueno, através de correspondência a ser encaminhada à Rua 17 de Dezembro, 149, CEP 86829-000, Califórnia-PR.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Cândido de Abreu - PR, alusivos a comemoração do 43º aniversário do município, na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Ailton Derbli, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Paraná, 3, CEP 84470-000, Cândido de Abreu-PR.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2965

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de con-

gratulações ao Município de Cândido de Abreu - PR, alusivos a comemoração do 43º aniversário do município, na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Richard Golba, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Paraná, 3, CEP 84470-000, Cândido de Abreu-PR.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2949

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Armando Raggio, alertando e ao mesmo tempo solicitando providências em relação a situação caótica que se encontra o setor de saúde dos Municípios de Ventania e Ivaí.

Os Municípios de Ivaí e Ventania vem enfrentando problemas que afetam diretamente as condições de saúde da população. Os dois municípios não contam com hospital municipal (Ivaí possui apenas hospital particular), tanto que as pessoas necessitadas são encaminhadas para outros municípios, visto que os atendimentos realizados no posto de saúde possuem limitações de acordo com a gravidade dos casos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos Prefeitos: de Ventania, Ocimar B. de Camargo, sito à Av. A. B. Camargo, 3093 e de Ivaí: Jorge Sloboda, sito na Rua Barbosa, 204.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2960

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando providências para solucionar o problema do mau cheiro exalado da estação de tratamento de esgoto daquela empresa nas proximidades do Rio Pitangui, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Os moradores das Vilas Tânia Mara, Santa Lúcia, Santa Mônica, Baraúna, Núcleo Pitangui e CEFET, estão há tempos sofrendo com o constante mau cheiro exalado da estação de tratamento de esgotos nas proximidades do Rio Pitangui.

São mais de sete mil (7.000) pessoas que vivem nas proximidades da estação de tratamento de esgotos, que solicitam providências urgentes para solucionar esse grave problema que afeta, inclusive, a saúde das mesmas.

REQUERIMENTO Nº 2961

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando providências urgentes para solucionar a falta de água no Núcleo Habitacional Nossa Senhora das Graças, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Os moradores do Núcleo Habitacional Nossa Senhora das Graças, em Ponta Grossa, sofrem há tempo com a constante falta de água em suas residências, ao que parece, pela falta de pressão da mesma para chegar até os reservatórios.

Há necessidade de providências urgentes para solucionar esse grave problema que afeta aquelas famílias.

REQUERIMENTO Nº 2972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, e ao Diretor-Geral do DER, Paulinho Daumar, solicitando medidas urgentes de reparos na BR-277, trecho Palmeira/Irati/Relógio, pelos motivos expostos no pronunciamento deste Parlamentar em Sessão Plenária do dia 26.11.97.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) TOTÍ COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2969

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Jaime Lerner, Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Senhor Giovani Gionédís, Secretário da Fazenda, solicitando informações sobre a não observância dos limites previstos na Lei nº 11.802, de 17 de julho de 1997, art. 20, no anteprojeto da Lei Orçamentária do Estado, em seu artigo 3º, sob os fundamentos econômicos financeiros e jurídicos que motivam tal alteração.

Requer, outrossim, sejam prestadas, pelas mesmas autoridades, informações acerca da não observância do art. 16, III, da Lei nº 11.802/97, agregando a justificativa econômica, financeira e jurídica, para a não apresentação de tais demonstrativos.

O presente pedido justifica-se pela necessidade de esclarecimentos sobre tal questão, a fim de proporcionar a apreciação, por esta Casa de Leis, do referido Projeto.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(aa) ÂNGELO VANHONI

PÉRICLES DE MELLO

DOUTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

EMERSON NERONE

JUSTIFICATIVA:

A Lei de Diretrizes Orçamentária nº 11.802/97, em seu art. 16, inciso III, estabeleceu que:

"Art. 16 - O projeto de lei orçamentária para 1998 conterá, preliminarmente, exposição circunstanciada da situação econômica e financeira do Estado, documentada com:

III - demonstrativo das concessões e isenções fiscais."

A Mensagem 58/97, que deu origem ao Projeto de Lei nº 492/97, não apresenta quaisquer informações sobre as isenções fiscais concedidas no exercício de 1997, bem como das previstas para 1998. Omitiu-se completamente.

No art. 20 da mesma Lei nº 11.802/97, está previsto um valor de 7,5 bilhões para o exercício de 1998.

"Art. 20 - O orçamento fiscal e os próprios da administração indireta, para 1998, estimarão as receitas de recolhimento centralizado do tesouro estadual e de recolhimento descentralizado relativo às autarquias, funda-

ções, órgãos de regime especial e fundos, com um valor de até R\$ 7.500.000.000,00 (7,5 bilhões), a preços de 01.07.97, ficando a despesa fixada em igual valor."

Não obstante a previsão na lei orçamentária conforme descrito acima, a Mensagem 58/97, do Poder Executivo, que deu origem ao Projeto de Lei nº 492/97, dispõe em seu art. 3, que:

"Art. 3º - Os orçamentos fiscal e próprio da administração indireta discriminados no Anexo III, estimam a receita em R\$ 10.944.788.100,00 (10,9 bilhões) e fixam a despesa em igual valor."

Desta forma, temos que a Mensagem 58/97, do Poder Executivo, superestima a lei orçamentária em R\$ 3.444.788.100,00 (3,4 bilhões), equivalente a 46%, o que está em desacordo com o previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

REQUERIMENTO Nº 2971

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Secretário da Fazenda, Senhor Giovanni Gionédís, solicitando a relação completa dos credores de precatórios previstos no orçamento de 1998, bem como discriminar os valores relativos a cada um dos credores.

O presente Requerimento justifica-se pela necessidade de melhores informações sobre os precatórios previstos no orçamento de 1998, especialmente pelo elevado valor apresentado.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(aa) ÂNGELO VRANHONI

PÉRICLES DE MELLO

DOUTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

EMERSON NERONE

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Gua-

raituba, desmembrado do Município de Colombo:

"Tem como ponto inicial e final a ponte do Rio Atuba na Estrada Velha da Graciosa. Do ponto inicial sobe pelo Rio Atuba até a Ponte na Avenida Santos Dumont, segue por esta até a Rua Rafael Francisco Grecca, por esta até o entroncamento com a Avenida Nossa Senhora do Caravaggio, por esta até o entroncamento com a Rua Vergílio Arcie, por esta rumo Noroeste até o Rio Capivari, desce por este (Divisa Intermunicipal com Bocaiúva do Sul) até a foz do Rio Rathiel, sobe por este (Divisa Intermunicipal com Campina Grande do Sul) até a sua cabeceira, deste ponto, em linha reta e seca até a cabeceira do Rio Canguiri, desce por este (Divisa Intermunicipal com Campina Grande do Sul e Quatro Barras) até a ponte na Estrada Velha da Graciosa, segue por esta rumo a Curitiba (Divisa Intermunicipal com Piraquara) até a ponte no Rio Atuba, ponto inicial e final."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Guaraituba, onde se pretende promover consulta popular com vistas à emancipação política, abrange diversos distritos do atual Município de Colombo e contava, conforme o Censo de 1991, mais de 85 mil habitantes; hoje seguramente sua população passa de cem mil.

Em contraposição, o distrito da sede do atual Município de Colombo não apresenta mais de 10 mil moradores, portanto, a população maior está sendo tutelada por um aparo político-administrativo que representa menos da décima parte do conjunto, configurando uma verdadeira subordinação da maioria à minoria - o que fere o princípio democrático.

Doutro lado trata-se de duas comunidades rigorosamente distintas, em localização geográfica e origem histórica: enquanto o núcleo de Colombo se originou da antiga Colônia "Alfredo Chaves" de imigrantes italianos, estabelecida entre Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré no final do século

passado, a sesmaria de Guaraituba está sendo assentada sobre o eixo da Estrada da Ribeira (atual BR-476) desde a época da colonização portuguesa, em fins do século XVI (1580 em diante), compondo-se a partir de acampamentos de tropeiros que se instalaram nas barrancas dos Rios Atuba, Palmital e Capivari, em demanda da então Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba.

Ainda, o perfil geoeconômico das duas comunidades é fortemente separado: Colombo possui uma economia própria, voltada para atividades agroindustriais e hortigranjeiros e indústria de calcário; Guaraituba constitui um distrito industrial que representa o prolongamento da grande Curitiba com estabelecimentos de transformação de maior porte, cujas relações principais são mantidas sobretudo com a metrópole curitibana, foco ainda dos postos de trabalho da maioria de sua população recente, assentada em vilas residenciais.

Por tudo isso se justifica plenamente o pleito de emancipação, devendo se deferir à população interessada o direito de decidir sobre seu próprio futuro, sem coação nem cerceamento, nos termos da Constituição.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 677/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado, a estadualizar trecho da estrada que faz a ligação do Município de Rebouças à localidade de Marmeleiro, numa extensão de 15 km, na estrada estadual da localidade de Riozinho ao Município de São Mateus do Sul.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma estrada de ligação intermunicipal, que constantemente necessita de recuperação e revestimento primário (cascalho). Esta estrada interliga 60% das comunidades do Muni-

cípio de Rebouças com a sede. É a maior área de produção agrícola do município. Também por ela trafegam os professores e alunos para as escolas de Faxinal dos Francos, Faxinal dos Marmeleiros e Ginásio Leonardo Krol, além da linha de ônibus, interligando as comunidades da área rural com a sede e o Município de São Mateus do Sul com Rebouças.

PROJETO DE LEI Nº 678/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento do ICMS as mercadorias que forem apreendidas, por descaminho ou contrabando, e leiloadas pela Receita Federal, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

As mercadorias, objetos de apreensão pela Receita Federal, fruto de descaminho ou contrabando, muitas vezes apresentam avarias como queimados ou danificados.

Como trata-se de mercadorias cujo valor da venda é revertido aos cofres públicos, muita mais do que o imposto que seria cobrado sobre a mesma, nada mais justo que haja esta isenção.

Desta forma, os preços ficariam mais atraentes tanto para os cidadãos, quanto para as entidades que muitas vezes se beneficiam destes leilões para fins de caridade.

Esta é uma sugestão do nobre edil Mariano Rossa Rogenski, da Câmara Municipal de Guarapuava.

O SENHOR PRESIDENTE (Laiz Carlos Zuk)

- Está encerrada a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso a tribuna no dia de hoje para, com surpresa, comunicar à Casa: está aqui o jornal "Trovão Azul" -

acho que é esse o nome do jornal dois dados altamente perigosos no que se refere à administração pública do Município de Curitiba. Primeiro, a concorrência que seria realizada pelo IPPUC, no montante global de 180 milhões de dólares, foi transferida para dezembro, apesar de acreditar - diz o jornal - que ela tenha um ganhador já indicado.

Isso é altamente perigoso, Senhores Deputados. O valor do concorrente - se pede um valor de capital mínimo de 820 mil reais, próximo a 5% do volume da concorrência. Vou encaminhar expediente pelo meu gabinete - já que o pedido de informação dificilmente passa - ao Senhor Prefeito Municipal, pedindo a ele que informe a esta Assembléia, a respeito dessa notícia veiculada no jornal "Trovão Azul". Vou pedir também ao Engenheiro Paulo Malucelli, do IPPUC, que nos dê mais informações, porque uma notícia destas é altamente perigosa. Acho que, na visão do Prefeito Cássio Taniguchi, não seria permitido que se fizesse "chuncho" na Prefeitura. Mas que se abra os olhos!

Sou Deputado da Região de Curitiba, sou obrigado a pedir informações. Sei que o pedido de informações fatalmente será prejudicado em Plenário da Assembléia, mas vou fazer.

Tenho um outro pedindo uma coisa muito importante: consultorias contratadas. Temos tido uma curiosidade muito grande em analisar a qualidade e os preços das consultorias contratadas pelas diversas Secretarias do Município. Não posso - Deputado Luiz Carlos Martins, que foi Vereador em Curitiba - acreditar que a Prefeitura Municipal de Curitiba precise gastar uma fortuna em consultoria, quando temos no Juvevé o IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. O que há por trás disso? Também vou fazer um ofício ao Senhor Prefeito Cássio Taniguchi, para que ele informe ao meu gabinete. Vou mandar cópia a todos os Senhores Deputados, já que senti que um pedido de informações tem dificuldades em passar em Plenário.

Acho que se o Prefeito não quiser informar a este Deputado e aos demais que compõem esta Casa, caberão medidas a nível de justiça, para que possamos ver o que está acontecendo com as consultorias. Esse mesmo jornal

publicou que o Departamento de Materiais da Prefeitura Municipal de Curitiba andava com concorrências que não zelam pelo erário público. Meu Deus do céu! Parece-me que o problema de reeleição à Governadoria do Paraná, do atual Governador, tem o "calcanhar de Aquiles". E me parece que este "calcanhar" está aqui pertinho, é vizinho nosso. Vamos ver! Vamos informar!

Quero informar à Casa - e pedir apoio - que dei entrada num projeto de lei instituindo o 14º salário a todos os funcionários públicos. Romanelli, felizmente nós, Deputados, já estamos ganhando o suficiente, talvez um pouquinho além do suficiente. Mas fiz um projeto de lei, a exemplo do que ocorre em Curitiba, onde a Câmara Municipal paga o 14º salário aos funcionários estatutários, e uma pequena gratificação aos funcionários de cargos em comissão. E queremos ver como vai se manifestar a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa! Se é guerrilha para o funcionário ganhar mais, vamos fazer guerrilha! Esse projeto de lei vai a todas as repartições públicas, vai a todos os funcionários públicos. E a atitude da Assembléia Legislativa, aprovando ou não esse projeto de lei, também vai ao conhecimento dos funcionários com a assinatura deste Deputado. Já estou comunicando à Casa.

Então, Senhor Presidente, acho que para esta quarta-feira, já falei o suficiente. "Trovão Azul" desconfiado da Prefeitura Municipal de Curitiba! Não acredito nisso! E o funcionalismo público, tenho a certeza absoluta, que tem que receber um salário melhor do que esse salário de miséria que recebem os funcionários públicos do Estado do Paraná, o que é uma barbaridade! Nem que para isso tenhamos que nos acorrentar em frente ao Palácio Iguaçu! Nem que para isso tenhamos que mostrar que um peso não pode valer duas medidas! Onde se criaram vastíssimos cargos em comissão, onde muita gente ganha muito e onde muitos ganham pouco!

Muito obrigado!

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Antes de passarmos ao próximo orador inscrito, é com satisfação que esta Mesa Executiva, em nome dos Depu-

tados Anibal Khury, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins e o nosso Deputado Nelson Garcia, anuncia em nosso meio, a presença do ilustre Secretário, ex-Deputado, ex-Secretário e atual Secretário de Segurança do Estado do Paraná, Doutor Cândido Martins de Oliveira, que conosco, harmonicamente, desenvolve a sua atuação em serviço da segurança da família do nosso Estado.

Sinta-se em casa, Senhor Deputado!

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje estive participando de um ato na Vila União, no Município de Almirante Tamandaré. Um ato contra a violência, inclusive o panfletinho que eu tinha no bolso, entreguei ao Senhor Secretário agora, que está nos visitando. E quero dizer aos Senhores Deputados que nesse ato estava presente o representante da Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré. Cobrado pela violência que existe neste Bairro, que há cerca de quinze dias atrás, um cidadão foi assassinado dentro da sua própria casa; um outro foi esfaqueado - também dentro de casa - e uma criança com apenas doze anos foi baleada, domingo retrasado, quando brincava num terreno - que disseram que é de propriedade do Secretário da Casa Civil, Rafael Greca de Macedo. Dizem os moradores dali que esta bala partiu da arma de um policial militar, que fazia a segurança do terreno do outro lado.

Senhores Deputados, sabemos o quanto está crescendo a violência no nosso Estado. Sabemos o rumo que está tomando. Precisa de ação imediata do Estado. Em razão destas violências levou-nos a ser portador de um convite ao Secretário de Segurança Pública para participar de uma reunião na Via São Pedro. E o Secretário de Segurança disse agora que confirma a presença. É importante que todos nos envolvamos nesse debate! É inconcebível que a impunidade continue! Que os responsáveis por crimes são indicados pela sociedade, dizendo quem são, abre-se um inquérito e ninguém vai preso e nem julgado! A Vila União é um exemplo disso!

Estava presente hoje, o representante do Delegado de Polícia daquele município, na reunião. Disse ele que aquela Delegacia não tem policiais suficientes para fazer as investigações, que o carro da CONTRANS que está locado naquela Delegacia, está quebrado, e a CONTRANS não o substituiu por outro. E não há dinheiro para a gasolina, para fazer as diligências. Estas questões são seríssimas! O Deputado Luiz Carlos Alborghetti sabe disso! Sabe que existe uma onda crescente de violência na periferia e na Região Metropolitana de Curitiba!

Quanto ao menino que foi baleado, pedi à família que fizesse um documento e o trouxesse para esta Assembléia Legislativa, onde há uma Comissão de Direitos Humanos. E essa Comissão tem que investigar o caso, porque é inconcebível que policiais militares - mesmo fora de serviço - a serviço de proprietários de terras, passem a usar armas e atirar em crianças que estão brincando! Inclusive, nem era na área que ele estava vigiando! A Comissão de Direitos Humanos deve se manifestar!

A nossa Bancada se reuniu hoje e definimos que vamos requerer, junto à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa e à Comissão de Direitos Humanos, que constitua um telefone linha direta - 0800 - para que a população faça denúncias de quando o Estado está agindo com violência contra os cidadãos ou quando alguém, em nome deste Estado, está agindo com violência em cima de cidadãos. A nossa Bancada faz esta sugestão. E que esse telefone fique à disposição da Comissão de Direitos Humanos. Achemos que é um caminho para que essa Comissão se torne ativa e não fique passiva e aja apenas quanto estimulada.

Queremos ao apoio de todos os senhores, no sentido da instalação deste telefone e solicitamos, em nome da Bancada do PT, que todos os Parlamentares da Comissão de Direitos Humanos comecem a agir com reuniões constantes, periódicas, com pautas definidas e fazendo investigações sobre a violência que assola a nossa sociedade e, principalmente, a violência de indivíduos ou de pessoas que a executam em nome do Estado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Ink) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Temos levantado sempre, nesta Casa, a falta da transparência do Governo do Estado, inclusive críticas profundas à Constituição do Estado do Paraná, que obriga que pedidos de informações de Deputados têm que passar pelo Plenário. Não é assim na Câmara Federal, no Congresso Nacional, no Senado, porque os pedidos de informações no Brasil - reza - são encaminhados à Mesa na Câmara Federal e ela os encaminha ao Governo Federal. Isso porque, o direito de informações é o direito do cidadão. Mais do que isso, entendemos que no regime democrático, o direito de informação é o direito de minorias. Se é justo que a maioria eleita pelo povo legisle, governe; a minoria tem, pelo menos, o direito assegurado ao pedido de informação. Caso contrário, estamos num regime autoritário. Grandes sociólogos já disseram que a principal arma do autoritarismo é o segredo.

Em função disso, estamos entrando com uma ação de inconstitucionalidade à Constituição do Estado do Paraná, Supremo Tribunal Federal, contra o artigo que obriga que os pedidos de informações aos Deputados passem pelo Plenário da Casa. Isso tem permitido que a Bancada governista, sempre, de forma permanente, obstrua, impeça a aprovação de qualquer pedido de informação mais importante por parte da Bancada minoritária, da Bancada de Oposição.

Neste mesmo caminho, fizemos uma discussão sobre o orçamento encaminhado à Assembléia Legislativa. O Deputado Ângelo Vanhoni colocou ontem, algumas questões sobre o orçamento e hoje, aprofundamos o debate e verificamos ilegalidades flagrantes na peça orçamentária, que foi encaminhada na Lei Orçamentária, encaminhada a esta Casa. Estamos entrando com dois Requerimentos: um pedindo informações ao Governo do Estado, sobre os motivos que fizeram com que o Governo superestimasse o orçamento do Estado do Paraná, relativo à Lei Orçamentária.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias que o Governo mandou para esta

Casa, a lei de 17.07.97, no artigo 20, diz que o Orçamento Fiscal e os próprios da Administração Indireta, para 1998, estimarão as receitas de recolhimento centralizado estadual e de recolhimento centralizado de autarquias, fundações, órgãos, com um valor de até sete bilhões e quinhentos milhões de reais, a preço de 1º de julho de 1997, ficando a despesa fixada em igual valor.

No entanto, na Lei Orçamentária que o Governo encaminhou, o orçamento para 98, a receita é prevista, a despesa é de dez bilhões, novecentos e quarenta e quatro milhões e setecentos e oitenta e oito mil e cem reais. Ou seja, muito maior que a receita prevista, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ferindo a lei que diz até sete bilhões e quinhentos milhões de reais.

Isto nos surpreende também pelo fato de que este ano a despesa e a receita prevista para o ano de 98 é de quatro bilhões, duzentos e noventa e quatro milhões - a receita - e quatro bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões - a despesa - mostrando mais uma vez que haverá um déficit público no Estado do Paraná. Antes, em 94, era superávit e a partir de 95, sucessivamente, o Estado vem apresentando déficit no orçamento do final de ano. Mas vejam bem, de quatro bilhões e duzentos e noventa e quatro milhões de arrecadação, passando para sete bilhões no previsto para a lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei do Orçamento prevê uma despesa muito maior, de quase onze bilhões de reais e queremos saber do Governo do Estado quais os motivos que o levaram a agir dessa forma com despesas neste percentual.

Isto nos preocupa principalmente porque foi aprovado também - ou seja, está na Lei Orçamentária - que o Governo do Estado pode remanejar e suplementar de 10 a 30% os recursos do Orçamento. Ora, se o Governo superestima esses recursos, é evidente que 30% de valor maior vai dar mais dinheiro. Então, uma quantidade muito maior de recursos o Governo poderá remanejar da forma que quiser, sem que passe por esta Casa de Leis. Nos parece que essa questão tem ligação íntima com aquilo que foi levantado pelo Deputado Ângelo Vanhoni, mesmo porque no programa de obras públicas, o Governo pode remanejar, pela lei, 30%. Se o

programa de obras prevê 2,3 milhões, mesmo que esteja prevendo a mais do que o real, que vai acontecer, o Governo poderá remanejar como ele quiser, sem passar por esta Casa, 700 milhões de reais.

Isso é uma coisa que nos preocupa e queremos saber, Senhor Presidente, Senhores Deputados, do Governo do Estado, quais os motivos que o levaram a subestimar o orçamento para o ano que vem, em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, de sete bilhões e meio para dez bilhões e novecentos, quase onze bilhões de reais.

O artigo 16 da Lei de Diretrizes, aprovada por esta Casa, estabelece que o Projeto de Lei Orçamentária para 98 conterà, preliminarmente, exposição circunstanciada da situação econômica e financeira do Estado, documentada com:

"Inciso III - Demonstrativo das concessões de isenções fiscais."

Isso foi uma emenda do nosso Partido. Foi aprovada a Lei de Diretrizes, o Governo sancionou esta lei e está desrespeitando-a flagrantemente, ao mandar a Lei Orçamentária, porque não consta ali o que deveria constar, ou seja, o Demonstrativo das Concessões de Isenções Fiscais.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Péricles, Vossa Excelência aborda dois aspectos fundamentais, e acho que o Orçamento do Estado que prevê as receitas e as despesas do Estado do Paraná e a sua visão estratégica de alocação de recursos públicos para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado no ano de 1998, acho que está correto que a Assembleia Legislativa, os Deputados e a Comissão Executiva devam remeter esse processo para o Poder Executivo, a fim de que sejam corrigidas essas distorções do ponto de vista técnico e as justificativas que o Governo apresenta por esta estimativa a mais em relação à previsão da LDO.

Além disso, Deputado Péricles - Vossa Excelência sabe, porque isso foi assunto discutido na nossa Bancada hoje pela manhã e na segunda-feira - possivelmente deveremos entrar com um pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E o porquê dessa Comissão?

Porque há indícios de que o Orçamento teve já no seu corpo, enviado pelo Poder Executivo, o atendimento de emendas de Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Se não de Deputados, há indícios de que o relator está sendo beneficiado pela peça orçamentária.

Devemos apresentar na segunda-feira, Senhores Deputados, dois pedidos: um de uma CPI, porque há indícios de que isso existe. A Secretaria de Finanças, Secretaria de Planejamento e os técnicos têm que ser investigados, porque foi de acordo com os técnicos da Secretaria de Finanças e do Planejamento, que determinadas emendas já vieram carimbadas anteriormente na peça orçamentária, beneficiando - se não Deputados, pelo menos e infelizmente, na nossa avaliação - o nosso querido e grande colega, Deputado Durval Amaral, que é relator da peça orçamentária.

Posso adiantar que na segunda-feira, Senhor Presidente, estaremos entrando com pedido para que o relator da Comissão de Orçamento seja substituído por um novo membro desta Comissão, para que possamos ter uma imparcialidade e sem nenhum indício de que a peça orçamentária possa ter qualquer vício, do ponto de vista da sua realização, quando for votado no Plenário desta Casa.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Obrigado, Deputado Ângelo.

O senhor toca num assunto de extrema importância. Aachamos que a transparência deve ser o fundamento da democracia, da administração pública.

A Câmara Federal tem uma Comissão de Orçamento que percorre o país todo, debatendo com os Estados o plano de obras e de recursos públicos destinados a cada Estado da Federação. Aqui não acontece isso.

Estamos propondo que passe a ser um mecanismo comum de discussão do orçamento. E para isso, existem as associações dos municípios em todo o Paraná. Aachamos que essas associações deveriam ser entidades ouvidas na discussão do orçamento. Que o orçamento viesse de forma transparente, com todo plano de obras, dizendo quanto vai ter para cada município. Estamos levantando isso na nossa Bancada e que as associações possam discutir, para que

façamos o orçamento de acordo com os interesses do Estado, um planejamento estratégico do Estado do Paraná, e não segundo interesses clientelistas deste ou daquele Deputado.

A memória deste País já mostrou, por ocasião da CPI do Orçamento - a nível do Congresso Nacional - todo tipo de falcaturas, corrupção, ligação com empreiteiras, que a falta de transparência permite. O País já viu este quadro tão triste. E achamos que, na medida que aprofundamos a transparência no orçamento, fica difícil e temos que ter instituições intermediárias da sociedade para discutir estrategicamente o Orçamento do Estado.

Com base nessas questões de ilegalidade, estamos apresentando dois Requerimentos: o primeiro Requerimento à Mesa Diretora da Assembléia:

"Ouvido o Plenário, pedimos a suspensão da tramitação do Anteprojeto de Lei nº 492/97, com a devolução da Mensagem do Poder Executivo, nº 58/97, dos termos abaixo:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem após ouvido o Plenário, seja suspenso o trâmite do Anteprojeto de Lei acima epigrafiado com a devolução da Mensagem nº 58/97, em face da não observância dos limites previstos na Lei nº 11.802, de 17 de julho de 1997, artigo 20, do Anteprojeto do Orçamento do Estado, em seu artigo 3º, bem como acerca da não observância do artigo 16, inciso III, da Lei 11.802/97".

Esse inciso III do artigo 16, trata justamente do demonstrativo das concessões de isenções fiscais. O Governo precisava colocar esse demonstrativo e não o colocou, desrespeitando as diretrizes, portanto, esta peça não pode progredir na sua tramitação dentro da Casa, e apelamos à Mesa que suspenda a tramitação.

Enquanto isso, em outro Requerimento, estamos solicitando ao Governo do Estado, ao Secretário da Fazenda, informações nos termos abaixo:

"Queremos que o Governador e o Secretário nos digam o porquê de não seguir a Lei de Diretrizes, de superestimar a receita do Orçamento para o ano que vem, qual o motivo que o levou a isso e porque não veio na Lei do

Orçamento o Demonstrativo das concessões de ações fiscais".

O Sr. Durval Amaral - Quero agradecer o aparte que me concede o nobre Deputado Péricles, até porque, quando se manifesta, nesta Casa, trazendo a preocupação de que o orçamento Geral do Estado poderia ser amplamente discutido com toda a sociedade paranaense, quero dizer que comungo o mesmo espírito e acho que esse é o caminho para onde todos devemos marchar.

Quero dizer em paralelo - apesar de não ser permitido pelo nosso Regimento Interno - ao nobre Deputado Ângelo Vanhoni, que tomei conhecimento do seu discurso na tarde de ontem e das suas ponderações nesta tarde. Quer lhe afirmar que não ficará nenhuma dúvida e logo que elas estejam expostas objetivamente - porque até agora só foram elucubrações mentais - e o senhor se comprometer a trazer na segunda-feira todas as suas dúvidas - que forem da competência do relator do Orçamento - serão exaustivamente esclarecidas, a bem da verdade. Até porque, sei que o senhor tem uma postura ética de justiça, e é profundo conhecedor do Regimento desta Casa, e por isso mesmo, até o presente momento, estamos discutindo um Projeto de lei Orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo e este projeto de lei, amparado pelo Regimento Interno, possibilita a todos os Deputados corrigirem eventuais distorções que o Executivo, na sua proposta, possa ter cometido, ou às vezes até, contemplado exageradamente uma determinada região, em detrimento de outras.

Não podemos nunca nos esquecer de um critério amparado na própria Constituição Federal, que é o critério populacional quando da contemplação de dotações orçamentárias. E o artigo 203, Deputado Vanhoni, é muito claro quando permite ao Parlamentar que queira apresentar as suas emendas, a apresentação destas ou para contemplar a sua base política, ou efetivamente, corrigir eventuais distorções que, a seu critério possa existir.

Quero dizer que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, no artigo 31, é muito clara ao criar uma vedação, uma proteção, ao tipo de emenda que pode ser apresentada. Em todas as demais - e o Deputado Vanhoni e os Deputados do

PT sempre foram muito zelosos na apresentação de emendas ao texto da lei - e que sempre as reputo como as mais importantes do Orçamento Geral do Estado. Os Deputados do PT sabem que sempre tive a preocupação de restringir as delegações do Poder Legislativo ao Executivo e esta é a essência do Poder Legislativo, o resto é perfumaria!

Só para clarear um pouco mais, poderíamos dizer que todos os municípios do Paraná, pela transparência da administração pública, têm, no artigo 17 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, expresso que o quadro de investimentos, o quadro de obras do Governo, deve ser cristalino e dizer qual é o município a ser atendido, qual o objeto da obra que será executada, qual o valor desta obra e qual a metragem. E esta é uma preocupação que todos nós, Parlamentares, devemos ter. Temos que identificar os municípios, identificar os valores destas obras e saber se existem obras superestimadas, subestimadas ou se existem irregularidades. Agora, com toda a certeza, Deputado Péricles, Deputado Vanhoni, todos os municípios do Paraná - ou quase todos - têm obras contempladas no Orçamento Geral do Estado, e é natural que todos os municípios do Estado do Paraná tenham eleito os seus representantes, os seus Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Deputado

Durval, agradeço o seu aparte e gostaria de colocar duas coisas. Acho que o senhor, como relator da Comissão de Orçamento, deveria preservar a legislação. Se o Governo não está seguindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a própria Comissão de Orçamento desta Casa, deveria já ter solicitado ao Governo o que a Bancada do PT está solicitando. Ou seja, em primeiro lugar, informações da superestimativa de receitas, e em segundo lugar, o motivo pelo qual está descumprindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao não colocar na Lei orçamentária o demonstrativo das condições fiscais.

Segunda coisa: o que o Deputado Ângelo Vanhoni levantou, foi uma questão que, quem colocou em primeiro lugar, foram os Deputados da Bancada do Governo, que se sentiram agredidos em seus direitos, se sentiram - digamos

assim - desprezados, porque alguns Deputados da ala governista - entre os quais foi citado o seu nome - já tinham embutido no orçamento emendas de seu interesse, muito mais que os outros.

Estas questões, Deputado Durval Amaral, foram levantadas por Deputados do próprio Governo. Então, me parece que o Deputado Ângelo Vanhoni tem razão em levantar esta questão. Discutimos hoje, com profundidade, na Bancada e estaremos entrando com a solicitação de Comissão de Inquérito na segunda ou na terça-feira, diante de questões que dizem respeito à lei e que mostram a política clientelista de privilégio de alguns Deputados.

Temos que acabar com isso! O orçamento deve ser uma peça transparente, que mostre uma diretriz estratégica, o planejamento global do Estado do Paraná e não privilegie esta ou aquela região, em função de interesses clientelistas e particulares de alguns Deputados. Acho que foi esta a questão levantada pelo Deputado Vanhoni.

Mas, faço um apelo: que a Comissão de Orçamento se junte a nós neste objetivo da transparência, e solicite ao Governo do Estado a explicação do porquê a superestimativa da receita e porquê não respeitou o artigo 16 da lei. E fazemos um apelo à Mesa desta Casa: que suspenda a tramitação da Lei Orçamentária, enquanto não tivermos informações do Governo.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, fiz um pronunciamento e já contava que nesta tarde voltaríamos a falar sobre a BR-277, no trecho Irati/Palmeira/Relógio. Estou encaminhando mais um Requerimento a Sua Excelência o Senhor Secretário de Transportes - inclusive foi colega nosso nesta Casa, Deputado Heinz. No mês de agosto, utilizando esta tribuna, já denunciávamos as péssimas condições de tráfego da BR-277, no trecho Irati/Palmeira/Relógio. Apresentei um levantamento fornecido pela Polícia Rodoviária Estadual de Irati e dei entrada em mais um Requerimento, mas

até o presente momento nenhuma providência concreta ainda foi tomada.

Hoje, Senhores Deputados, quando vemos estampado nas páginas dos jornais a divulgação, a propaganda do Governo, dizendo em letras garrafais que "2.385 quilômetros de estradas foram recuperados, em seis meses", fico a me perguntar, fico pensando e fico me questionando: "E a estrada que liga Irati a Inácio Martins, paralisada já há mais de dois anos, sem nenhuma perspectiva para o seu reinício, tão prometido para este ano, e sabemos que não vai acontecer?" Passamos a meditar e ver o estado em que se encontra a BR-277. Esta estrada que tem causado inúmeros acidentes, trazido dores a diversas famílias, não só da nossa região, mas de todo o Estado do Paraná, e ela continua toda esburacada, causando acidentes e mais acidentes!

Isto tudo nos preocupa - e muito - quando vemos no jornal: "Recuperação de mais de 2.000 quilômetros de estradas", e a nossa região de Irati, do Centro-Sul do nosso Estado, as estradas todas em péssimas condições de tráfego! Sem falar desta que já falei de Inácio Martins, parada; sem falar da estrada de Irati a São Mateus do Sul, que não sai sequer do papel; e assim por diante!

Para lembrar aos Senhores Deputados, o número de acidentes acontecidos durante este ano na BR-277, neste trecho: em janeiro, foram 26 acidentes e 3 mortes; em fevereiro, 22 acidentes e 1 morte; em março, 27 acidentes com 7 mortes; em abril, 20 acidentes e 3 vítimas fatais; em maio, 23 acidentes com 4 vítimas fatais; em junho, 33 acidentes com 3 vítimas fatais; em junho, 19 acidentes com 6 vítimas fatais.

E hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tenho em mãos um levantamento que solicitei, que me foi entregue ontem, pela Polícia Rodoviária da região de Irati. Em agosto, 24 acidentes com 1 vítima fatal; em setembro, 24 acidentes com 2 mortes; em outubro, 20 acidentes com 3 vítimas fatais; e em novembro, até o dia 26, foram computados 19 acidentes com 2 vítimas fatais. Cabe ressaltar, Senhores Deputados, que nessas vítimas fatais - que já chegam na casa das 35 mortes - não estão computadas aqueles

que entraram em óbito nos hospitais, principalmente no Hospital Regional de Irati e nos demais da nossa região.

Então, temos aqui um total de acidentes, de janeiro até 26 de novembro: foram 257 acidentes, com 35 vítimas fatais e um total de feridos de 266 pessoas, até a presente data. É mais do que o momento de se dar um basta nisso!

No ano de 1995, travamos uma luta histórica mobilizando toda a região Centro-Sul do nosso Estado, indo a Brasília por diversas vezes, falando com o Ministro dos Transportes para que esta rodovia continuasse sendo uma rodovia internacional. Até porque naquela época, havia um movimento de uma outra região que nos tirava, através de uma ação de um Deputado Federal, a condição de BR-277, esta rodovia de Irati/Palmeira/Relógio. No entanto, fomos vencedores e ela permanece como BR. Na época federal, hoje estadualizada, de responsabilidade do Governo do Estado. Está inserida no "Anel de Integração", temos conhecimento - estão fazendo novamente as medições nas estradas, meu caro Deputado Nereu Moura. Não sei até quanto tempo vão continuar medindo esta estrada!

Mas o que quero chamar a atenção desta Casa, mais uma vez, é pelas vítimas, pelos acidentes, pela falta do "tapa-buraco" que deveria ter permanentemente - 24 horas - nesta estrada, Deputado Valdir Rossoni. Tomei conhecimento, na sexta-feira passada, na região de União da Vitória - de Vossa Excelência - houve um movimento político onde paralisaram uma rodovia. Na BR-277, no trecho Irati/Relógio até Palmeira, temos que fazer - se não houver, imediatamente os reparos necessários nesta estrada - somos obrigados a convocar a população e fazer-mos ali uma paralisação do tráfego por altas horas, para que possamos chamar a atenção a quem de direito, neste estado de coisas em que se encontra esta estrada.

O Sr. Nereu Moura - Deputado Toti,

Vossa Excelência vem abordar um assunto de grande importância para o Paraná. É sabido que a BR-277 corta o Paraná ao meio, é a artéria principal do nosso Estado. Infelizmente, é lamentável a situação desta rodovia, uma rodovia absolutamente abandonada. Este

Curitiba, quarta, em 26.11.97

trecho do qual Vossa Excelência com tanto ênfase tem solicitado providências do Governo, é na verdade uma grande armadilha para todas as pessoas que por ele transitam todos os dias. Eu mesmo, Deputado Toti, na segunda-feira, fui vítima de um acidente com o meu veículo nas proximidades de Irati.

São inúmeros os carros que observamos parados às margens da rodovia, com problemas ocasionados em função das crateras existentes, em que os veículos, não tendo como desviar dos buracos, acabam caindo neles.

Então urge, é necessário que o Governo do Paraná, que recebeu esta rodovia em concessão do Governo Federal, e que agora, evidentemente, vi a assinatura da qual a iniciativa privada tome pelo menos uma decisão para resolver, pelo menos paliativamente, a grave situação desta rodovia.

Na sexta-feira passada, Deputado Toti, lá entre Wirmond e Cantagalo, houve um acidente com um ônibus da Sulamericana, onde dez pessoas foram vitimadas. E o acidente ocorreu pelas dificuldades da pista. No final de semana anterior, naquele mesmo local, observei, participei, estive lá, presenciei um outro acidente com um caminhão carregado de bois. No final de semana seguinte, infelizmente, um ônibus da empresa Sulamericana deslizou na pista, por causa da água que corta a pista e acabou batendo, chocando-se de frente com um caminhão, vitimando dez pessoas, uma das quais inclusive, pai do vice-Prefeito de Nova Laranjeiras, e uma outra senhora, esposa do ex-Prefeito de Catanduvas, Teodoro Ribeiro.

Por isso, na verdade, a culpa daquele acidente reside única e tão somente nas condições precárias da pista de rolamento. E o pior, Deputado Toti, é que o Governo Federal estava procedendo a recuperação daquele trecho, com a responsabilidade sendo passada para o Governo do Estado e as obras foram paralisadas. E está ali o problema! Infelizmente vidas estão sendo ceifadas, pessoas estão morrendo e não assistimos atitudes urgentes que possam resolver este problema.

Por isso, o grito que Vossa Excelência faz aqui hoje, deverá transpor - como diz o nosso Deputado Alborghetti - esse concreto, chegar ali no 3º andar do Palácio Iguaçu, para que o

Governador Jaime Lerner determine as providências com rapidez, para evitar que pessoas do nosso Paraná continuem morrendo.

Muito obrigado!

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Toti Colaço, compreendo a sua preocupação e é natural que Vossa Excelência deve estar percebendo no dia de hoje, que o Governador Jaime Lerner está percorrendo o Estado do Paraná, em todas as microrregiões praticamente, onde ele está autorizando o início das obras do "Anel de Integração". E este "Anel de Integração" também contempla a BR-277, que contempla o município de Vossa Excelência representa.

Acredito que Vossa Excelência está fazendo um pronunciamento no momento oportuno, mas é importante que reconheçamos a visão que teve o Governador Jaime Lerner lá, no passado, quando muitos não acreditavam na possibilidade do "Anel de Integração" que era o objetivo do Governador. E assumimos realmente a responsabilidade das estradas federais no Paraná.

Lamento que a estrada que liga Curitiba/Lapa/São Mateus do Sul/União da Vitória e na divisa do Rio Grande do Sul, não tenha entrado nesse "Anel de Integração", porque essa visão que o Governador teve, ele sabia que chegaríamos nessa situação. Todos sabemos que o Poder Público Federal e o Estadual não têm mais condições de conservar as rodovias deste País. A partir de hoje começa a contagem regressiva, dentro de seis meses as empresas são obrigadas a entregar esses dois mil quilômetros em ótimas condições de tráfego. Vai atender o seu município, e vai integrar todo o Paraná - é esse o nosso grande objetivo. Com esse "Anel de Integração", o Governador Jaime Lerner quer industrializar todo o Estado, e para isso temos que dar condições, com rodovias.

Quanto à questão, Deputado Toti Colaço, da estrada Irati/Inácio Martins, é uma estrada que está paralisada, reconhecemos. Mas o Governador Jaime Lerner quando assumiu o Governo, assumiu com um número de obras apenas iniciadas ou licitadas. Agora, essa estrada está na seguinte situação: temos lá uma empresa - inclusive o Deputado Anibal Khury também está fazendo este trabalho - e estamos fazen-

do uma negociação com ela para que continue a obra ou saia do trecho, para que outra empresa assumia. É um objetivo do Governador Jaime Lerner. Têm pessoas importantes trabalhando nessa questão. Gostaria que Vossa Excelência entendesse estas particularidades.

Quanto à estrada São Mateus/Irati, Vossa Excelência diz que não saiu do papel. Ora, Deputado Toti Colaço, nós, no nosso Governo, não temos a pretensão de construir todas as rodovias que se fazem necessárias neste Estado. Tem dezenas de rodovias na minha região que se fazem necessárias também! Vossa Excelência sabe muito bem que o Estado do Paraná - e nenhum Estado brasileiro - está "nadando" em recursos. Gostaria que Vossa Excelência compreendesse, porque Vossa Excelência também teve oito anos - tempo necessário e suficiente - para realizar essas obras. Não apenas deixar iniciadas ou pelo menos ter colocadas no papel.

Tenho certeza absoluta que irei ouvi-lo ainda nesta tribuna, tecendo elogios da brilhante visão do Governador Jaime Lerner na questão do "Anel de Integração", que irá integrar o Paraná com ótimas rodovias.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Com relação à BR-277, é bom que fique claro na cabeça de todos, que estou encaminhando, Deputado Valdir Rossoni, o que está acontecendo com o programa rodoviário do Estado "pari passu". Posso não estar presente, junto com o Governador e com o Secretário dos Transportes, mas estou acompanhando.

A preocupação nossa e o que estamos pedindo, mais uma vez, é exatamente que o próprio DER coloque lá dois, três, ou quatro caminhões para fazer o "tapa-buraco", porque se aguardar seis meses para fazer este trecho Irati/Relógio, daqui a seis meses não vamos ter 35 mortes, vamos ter mais de 100 mortes! É uma barbaridade, Deputado Valdir Rossoni! Quem passa naquela estrada vê uma tragédia total e absoluta. Não podemos esperar mais, pelo menos o "tapa-buraco", um remendo nesta estrada, para que mais mortes não aconteçam. Isto o DER do Estado do Paraná tem condições de fazer, independente das empresas que

irão fazer, evidentemente, a sua recapagem na totalidade, daqui a seis meses.

Por último, é claro, com relação às nossas estradas lá do Sul, continuo reafirmando aqui: a estrada de Irati a Inácio Martins está paralisada? Vossa Excelência está sabendo disso? O nosso grande Presidente está empenhado, o Governo do Estado nos deve esta estrada, porque ele disse, categoricamente, no dia que assumiu o Governo, Deputado Valdir: "Todas as obras começadas eu vou concluir, mas vou fazer mais bem feitas ainda". Arrematou assim: "Todas". Ele disse isso na televisão e estou em cima, exatamente, das palavras do Governo. E daí, nesse caso, é que a nossa estrada que estava em andamento, fora paralisada. Uma firma ficou lá sem receber durante um ano e pouco, e não recebeu. A empreiteira quebrou, faliu, e agora, deu no que deu e está na demanda judicial.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Só para concluir, Deputado Toti Colaço.

Quero pedir desculpas a Vossa Excelência, porque vou lhe atribuir uma virtude, que é virtude da ingenuidade, que é uma virtude do ser humano, porque parte do pressuposto que as coisas todas são boas, que o homem nasceu com o bem dentro de si e quem o transforma em mau é a natureza, é a sociedade. Essa é uma visão ingênua, romântica, da vida. E Vossa Excelência tem demonstrado que tem essa virtude, de ser um homem ingênuo, porque só uma pessoa com um pouquinho de clareza não entende o que está acontecendo no Governo com relação às estradas do Paraná.

Porque o Governo está anunciando nesta mesma obra que anunciou aí, o "Anel de Integração", lá com a rodovia de Cambé, para ligar até a saída para a estrada de São Paulo, e começou hoje lá, inaugurou com banda de música. Está prevista uma atuação emergencial, como Vossa Excelência falou de seis meses para tampar buracos, para construção, para sinalizações das rodovias, pintar com faixas. Além disso, colocar "olho-de-gato", tem mais de 4.500 "olhos-de-gato" que serão espalhados nas rodovias paranaenses. Então, uma operação que vai pintar, vai colocar faixa, vai tampar buraco e vai colocar "olho-de-gato".

Para isso, vejamos só, cem milhões de reais serão investidos nessa primeira etapa. Depois disso, as concessionárias poderão cobrar pedágio, aí a população vai começar a pagar três reais a cada 90 quilômetros.

Pergunto para Vossa Excelência: será que não estamos, exatamente, em véspera de uma eleição? E não é exatamente agora, depois que todo mundo conseguiu sentir e ficar assim, com horror das estradas esburacadas do Estado do Paraná? E agora, exatamente no período de eleição é que os "olhos-de-gato" serão colocados, as faixas, os tapa-buracos. Eu me pergunto: o que fazia a prioridade do Governo do Estado do Paraná, no ano passado, ao deslocar cento e dois milhões para verbas de publicidade, que não melhoraram em nada a estrutura administrativa do Estado, nem a estrutura viária do Estado do Paraná, enquanto que milhares de paranaenses perderam a vida nas estradas esburacadas? É lógico que este Governo pode até fazer uma obra bem feita, mas do ponto de vista do "Anel de Integração". Mas que este Governo governa, do ponto de vista eleitoral e propagandístico, colocando em risco a vida dos paranaenses. Governa e coloca em risco a vida dos paranaenses!

Lamentavelmente, é esta a ótica das prioridades do Governo do Estado do Paraná.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e dos demais.

Fica registrada mais uma vez, aqui, a nossa preocupação.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Está errado!

Não é "grande Fernando Henrique Cardoso"! Grande Fernando Henrique Cardoso! Fez um "pacote" agora para dar vinte bilhões de reais do povo trabalhador, diminuindo a produção, lançando o País numa recessão profunda, tirando dinheiro dos aposentados, do ensino, da cultura, arrochando o Imposto de Renda de toda classe média brasileira, para jogar vinte bilhões de reais nos especuladores internacionais!

Vossa Excelência acha isso correto, não é? Acha isso muito correto?

O Sr. Ademar Traiano - É o Partido do Presidente que vai compor com o PT no Paraná, nobre Deputado!

O Sr. Ângelo Vanhoni - Vai chegar a hora, Deputado Traiano, e pode ter certeza que os paranaenses terão transparência administrativa. O seu município poderá conversar com o Governo do Estado, reunindo todas as lideranças. Não temos medo de discutir as prioridades de cada região e de ter transparência do ponto de vista administrativo dos atos financeiros e das obras que vamos fazer! Não vamos fazer as coisas por baixo dos panos, como esse Governo tem feito nestes últimos três anos! Muitas prioridades são elencadas na calada da noite, como Vossa Excelência sabe!

O SR. TOTI COLAÇO - Muito obrigado pelos apertes.

Fica registrada a minha preocupação, e é claro que daqui a um ano e pouco teremos o próximo Governador no Palácio Iguaçu, para consertar este Estado. Disso não tenho a menor dúvida!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Quando se fala a verdade, o Deputado Rossoni começa a uivar ali do outro lado!

O SR. ÂNGELO VANHONI - Gostaria que o Deputado Rossoni fizesse uma consulta psicológica, porque Vossa Excelência deve estar com o Romanelli como o seu "super ego", porque o Romanelli nem fala na sessão e Vossa Excelência acusa-o de ter feito qualquer discurso.

Então, uma boa consulta para que o senhor possa dormir tranqüilo: o Romanelli não é nenhum "bicho-papão". Ele é um homem que coloca coisas triviais aqui de oposição contra o Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, só quero dizer uma coisa ao Deputado Vanhoni: se eu for seguir conselhos, jamais será o dele, porque conselho de perdedor é difícil seguir, porque você vai seguir a mesma trilha.

O SENHOR PRESIDENTE (Aníbal Khury) -
Essa é uma veia que não interes-

sa à Presidência. Ninguém sabe o que se esconde nos corações humanos.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que vou contar agora aqui, não foi publicado na imprensa.

Ontem à tarde, meu filho e os meus repórteres encontraram-se com um policial da Capital, e este policial pediu que mantivéssemos sigilo, para respeitar a família, ele que é de descendência japonesa e ela, brasileira. Ele, de uma família maravilhosa, querida, humana, e foi uma tragédia. Sei, senhores, que nenhuma polícia do Brasil ou dos países de primeiro mundo têm médiuns espíritas, ou bolas de cristal, onde se passa a mão e se diz: "Neste exato momento, o Deputado Horácio Rodrigues vai descer do elevador da Assembléia e vai ser assaltado". Não existe isso! Não existe: o Deputado Orlando Pessuti está indo para a Cidade de Ivaiporã e num trevo, bandidos vão assaltá-lo".

Porque, se tivéssemos entidades espirituais de outras galáxias, que descessem até nós e chegassem até o Secretário de Segurança Pública e dissessem: "Doutor Cândido, o Banco do Brasil vai ser assaltado às 14:00 horas; o BAMERINDUS vai ser assaltado às 10:00 horas; o Deputado Takayama, que está peregrinando, evangelizando o Paraná, vai ser assaltado às 14:00 horas; ou o Deputado Carlos Simões, ao se dirigir ao litoral; ou o Deputado Antonio Annibelli ao dirigir-se a uma de suas propriedades, vai ser assaltado ao adentrar um carreador". Não existe isso!

Por isso até parabenizei a atitude do Secretário de Segurança Pública em colocar em pauta o projeto do Deputado César Seleme, de obrigar os Bancos a fazerem uma porta onde o bandido, ao adentrá-lo, se estiver armado, não vai conseguir passar para o lado de lá. Mas, lamentavelmente, não está sendo colocado em prática, não pelo meu Secretário, que considero um dos melhores Secretários de Segurança Pública do meu País, pela sua inteligência, pela sua vontade de trabalhar.

Mas ontem, se tivéssemos uma entidade espiritual iluminada, de algum hospital espiritual de uma outra galá-

xia, se tivéssemos uma bola de cristal, esta senhora não teria passado por momentos de pânico e de terror.

Então, fiz hoje um grito de alerta a todos os síndicos de Londrina, Maringá, Ivaiporã, de todas as cidades do Paraná, porque hoje, com todo o respeito, a pessoa chega no seu prédio, ou na sua residência, bate palmas e diz: "Eu vim entregar uma pizza". Mas não se sabe se é o entregador de pizza ou se ele assaltou o entregador, vestiu a roupa e está entrando na sua residência para praticar um assalto. Hoje é fácil! Apertar um botão em Londrina, em Curitiba, ou até em Ponta Grossa - terra do Deputado Péricles, que sirva de alerta a Vossa Excelência - a pessoa chega na portaria e diz: "Eu quero entrar no apartamento nº 10". O porteiro, senhores, abre a porta normalmente, e a pessoa entra, vai no apartamento, mete a máquina e adentra em sua casa.

Eis o que aconteceu com esta senhora que está "sub-judice" numa Delegacia. Estou falando aqui não como um Deputado, mas como cristão. Pergunto: "Deus, Filho de Deus, Jesus, por quê? É um ladrão ou é um psicopata?"

Anteontem, uma senhora foi buscar o filho numa escola, um nenê de três meses, o colocou no carro e foi para o seu apartamento. Entrou na garagem e ali, dois homens a renderam com o nenê e disseram: "Aonde é o andar?" A senhora falou: "É o terceiro". "Vamos subir!" Subiram ao terceiro andar. Agora, começa a tragédia. No terceiro andar, deixaram esta senhora nua, pegaram o nenezinho, colocaram um esparadrapo na boca, abriram a janela e ameaçaram jogar a criança. Enquanto um estuprava, fazia sexo anal, conúbio sexual, tudo que se possa imaginar esta senhora fez nas mãos destes dois marginais, até sexo oral! Quando ela se revoltava, um dos marginais pegava o nenê e ameaçava jogá-lo do terceiro andar. Ela se submeteu a tudo, Deputado Júlio, tudo! Eles roubaram videocassete, televisão, jóias, dinheiro, tudo e saíram pela garagem. Esta senhora está internada numa clínica particular da Capital. A criança - tenho fé em Cristo, como cristão que sou e espero que todas as entidades espirituais, as mais imagináveis, estejam ao lado desta criança, para que ela não se recorde do que a mãe passou.

Foram ao Distrito Policial, Deputado Anibal, registraram a queixa, pediram sigilo, e estou chorando agora, aqui, as lágrimas desta mãe. E pergunto aos senhores: sou louco quando defendo a pena de morte? Quando defendo a prisão perpétua? Quando defendo que Brasília lave a cara e faça um novo Código Penal? Que o povo eleja um Deputado que tenha um ideal e não venha aqui fazer demagogia: "Porque eu sou o salvador da Pátria, porque eu vou salvar, porque eu vou fazer chover, porque eu vou mudar a estrutura econômica deste País, porque eu vou levar segurança aos lares da família brasileira"! Pára de palhaçada! Ser Deputado é ter ideal, precisamos mudar o Código Penal Brasileiro!

Temos que ter, pelo menos, uma prisão perpétua, com trabalhos forçados para que este psicopata trabalhe, produza e que, ao mesmo tempo, tenha uma professora de Educação Física, uma Psicóloga, um Padre, um Evangélico, para fazer que este ser humano - se posso dizer que é um ser humano - quando retornar aos nossos meios, conviver com a sociedade. Não acredito! Eles não poderiam entrar apenas e roubar? Deixassem a criança e esta mãe que derramou lágrimas de sangue ao ser estuprada e ver o filho na janela - joga ou não joga? Pense na sua esposa, pense nos seus filhos, os senhores estão aqui; as senhoras pensem nos seus filhos, nos seus netos.

Tenho quatro netos, penso às vezes, na Bárbara, que é uma nenezinha, minha netinha... Hoje falei com meu filho: "Tranque tudo, coloque cadeado. Não pare em sinaleiro após as dez horas da noite..." Minha filha pegou o Alan - meu neto - e foi para Londrina, ontem. Falei: "Pelo amor de Deus, não dê carona para ninguém!" O Chab está ali, ele sabe quantos fugitivos saem de São Paulo, do Rio, roubam carros e dão carona nas estradas e matam!

Agora há pouco, em Araucária - Deputado Albanor, minha equipe está na sua cidade - foi encontrada uma jovem de 30 anos de idade - é jovem, sim - foi assassinada! Ela foi assassinada em outro local, levada para seu município e abandonada numa residência. O que aconteceu?

Deixo aqui um momento de reflexão aos senhores que estão aqui em cima, os senhores que pagam o meu sa-

lário de Deputado, os senhores façam um momento de reflexão. Pensem, pensem, pensem! Temos que refletir: miséria é uma coisa, mas assaltar?

Reconheço: quantos saem da penitenciária e batem no meu gabinete, chegam ao meu gabinete, ali, no segundo andar, chegam de chinelinho: "Quem é o Alborghetti?" "Sou eu." Deputado Adur, eles chegam ao meu gabinete e dizem que saíram da penitenciária agora, estão sem dinheiro, sem identidade, sem passagem. "Alborghetti, ou vou meter a mão para assaltar, ou o senhor me dá passagem para ir embora." Estou mentindo? Estou mentindo?

O que temos que fazer? Ter uma penitenciária profissionalizante, trabalhar, dar uma poupança para cada um. Quando sair da penitenciária, a carteira de trabalho. Ter o "SOS Penitenciária", para quando preso sair, ele poder ir ao "SOS" dizer que está saindo, precisa ir para Umuarama ou Santa Catarina, ou a São Paulo. Isso se faz nos Estados Unidos, meu Deus do céu! Não conheço os Estados Unidos, conheço só o Paraná. Oxalá Deus me permita ir a Nova York conhecer o sistema penitenciário. Não sei falar inglês, malmente o português, mas gostaria de conhecer as penitenciárias americanas, que são um exemplo de profissionalização para o detento.

Agora peço, senhores: façam uma reflexão. Deputado Chab, só eu e Vossa Excelência militamos nesta área; só eu e Vossa Excelência temos o direito de falar nisso, porque somos carrapicho da polícia. A minha universidade, a minha faculdade, foi o plantão de uma Delegacia de Polícia. Para ser repórter, você tem que dormir 24 horas no plantão de uma Delegacia de Polícia, que é palco de dramas e de comédias. Peço uma reflexão aos senhores: roubar para comer é uma coisa, agora, entrar numa casa, pegar - seja ela negra, da cor de Aparecida ou branca, da cor da mãe de Jesus Cristo, as duas amam, as duas têm a mesma cor do sangue, as duas, quando pegam no seio para amamentar o filho têm o leite da mesma cor; as duas têm o direito de reger a humanidade! E vagabundo nenhum tem o direito de entrar na casa de Vossa Excelência e violentar a mãe, o filho ou o pai!

Por isso, na minha convicção de vida, bandido bom, é bandido morto!

Muito obrigado!

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, quero registrar a presença do nosso suplente a Deputado Estadual, Senhor Floris Filaski, que acompanha a Vereadora Cirlene Schwartz, de Laranjeiras do Sul; a Vereadora mais votada, a Vereadora Enilda Pagliari, de Porto Barreiro e o nosso ex-Presidente da Câmara de Catanduvas, Senhor Neuri Siqueira.

Senhor Presidente, o que me traz hoje a esta tribuna, é uma preocupação muito grande que estamos sentindo neste instante lá na nossa região, em relação à grave crise que está afetando os produtores de feijão. Se não bastasse o fenômeno "El Niño", com as suas chuvas intensas, dificultando o plantio e a colheita, se não bastasse as dificuldades que o agricultor enfrenta no dia-a-dia, ainda há que se acrescentar, Senhor Presidente, a terrível e perversa situação do produtor de feijão que, ao colher seu produto, mesmo debaixo de chuva, um produto evidentemente de qualidade inferior, não consegue comercializar. E comercializa - quando pode - por um preço absolutamente fora de propósito.

Hoje, o plantador de feijão na nossa região, está comercializando o feijão, Deputado Pessuti, por 14, 15 reais a saca, quando o custo para o agricultor está na cada dos 20 reais, quando o preço mínimo estabelecido pelo Governo é de 25 reais. De forma, que é mais um golpe que se coloca, Senhor Presidente, nas costas do nosso sofrido colono.

Tenho recebido todos os dias no meu gabinete, pessoas que ligam solicitando que o Governo Federal faça a liberação de AGF, de EGF, para que haja a comercialização da safra. Porque nem isso, esse Governo que é tão pródigo na liberação de recursos para tapar buracos de Bancos falidos, libera para que o colono possa comercializar a sua safra e possa se livrar do pesadelo que é ter o prejuízo eminente, à vista, em função da perda na comercialização do feijão.

Estamos em contato permanente com os Deputados Federais, com a regional do Banco do Brasil aqui, em Curitiba, para que o Governo Federal com rapidez, com presteza, faça a liberação dos recursos para a AGF e para a EGF, a fim de que possa ser garantido o preço mínimo para o nosso produtor. Por que se não, Senhor Presidente, vamos continuar assistindo o inchaço das grandes cidades, os agricultores vendendo as suas propriedades porque já não aguentam mais o sacrifício, as dificuldades, os traumas que lhe são impostos pelas autoridades, pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual.

Quero também solicitar aqui e farei por escrito um documento, para que esta Assembléia se manifeste, visando sensibilizar o Banco do Brasil e o Governo Federal, para que haja liberação dos recursos, porque depois que a safra passar, aí o dinheiro vai ser liberado para que os atravessadores se locupletem, para que os atravessadores tenham o lucro aumentado. Aí já é tarde, porque o agricultor já teve prejuízo.

Então, a nossa palavra é nesse sentido, o nosso grito é no sentido de que haja, por parte do Governo, a preocupação de salvar o que resta no campo, para que haja, por parte do Governo, a sensatez tão necessária aos políticos, porque não adiante fazer propaganda, não adianta anunciar na televisão, se lá no campo a população sofre pesadamente pela falta de ação dos Governos.

Então, é necessário que esta Assembléia, que tem Deputados de todos os quadrantes deste Estado - está aqui a população do Paraná - se manifeste também, através do Bloco Agropecuário, através da Comissão da Agricultura, enfim, todos os Parlamentares, para exigir do Governo que cumpra com a palavra. Não adianta estabelecer preço mínimo se não liberar recursos para que o agricultor possa vender o produto. Para que haja recursos para a comercialização da safra.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, era exatamente esse o objetivo de vir aqui na tribuna, para alertar que as dificuldades da nossa região, do produtor e do feijão. O feijão é uma cultura significativa para a economia da região. O Rio Iguaçu propicia lá no Oeste e Sudoeste do

Paraná, no Centro Oeste do Paraná, as condições próprias de clima para o cultivo do feijão.

Então, é necessário que haja, por parte das nossas autoridades, do nosso Governo Federal, sobretudo, a disposição de atender a agricultura, de atender os produtores de feijão, de atender o comércio, porque a angústia e a dor irão cada vez mais ser aumentadas.

Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado!

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 406/97, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que cria o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, objetivando obter recursos financeiros para atender despesas de capital, para equipar, construir e reformar os fóruns do Estado, para ampliar os serviços de informática e suprir outras necessidades materiais. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei, em número de dois (02), de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Educacional das

Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná - AEDEPAR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 551/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Rural de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 575/97, de autoria do Deputado Florivaldo Fier, que declara de Utilidade Pública a Central de Movimentos Populares, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 589/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 073/97, que dispõe sobre a aprovação de um ajuste no Programa de Obras, no valor de R\$ 1.700.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 074/97, que dispõe sobre a aprovação de um ajuste orçamentário no valor de R\$ 100.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 081/97, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Faxinal, em caráter de utilização gratuita, o imóvel que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 606/97, de autoria do Poder Executivo

- Mensagem nº 094/97, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 660.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 607/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 095/97, que aprova ajuste no Programa de Obras, no valor de R\$ 470.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 611/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Combate Barreirinha Futebol Clube, com sede e foro no Município de Curitiba - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/97, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Pio XII da Escola Estadual Zuleide Samways Portes - Ensino de 1º grau, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita de Promoção Social - SEPS, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/96, de autoria dos Deputados Edgar Bueno, Cezar Silvestri e Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a regularizar áreas do loteamento Curitiba, em Cascavel. COM PARECER

FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 115/96, de 06.08.96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 341/96

PARECER:

O Projeto de Lei de autoria dos Deputados Edgar Bueno, Cezar Silvestri e Valdir Rossoni, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a regularizar áreas do loteamento Curitiba, em Cascavel-PR.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/97, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que proíbe os alunos, professores e demais funcionários das Escolas Públicas ou Privadas de 1º e 2º Graus, de fumarem cigarros de qualquer espécie nos recintos das escolas, mesmo nos pátios e áreas de lazer, em dias de aulas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDAS DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 177, de 20.10.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 564/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, visa proibir os alunos, professores e demais funcionários das escolas públicas ou privadas de 1º e 2º graus, de fumarem cigarros de qualquer espécie nos recintos das escolas, mesmo nos pátios ou áreas de lazer, em dias de aulas.

Chamada esta Comissão a se manifestar, apresentamos parecer favorável, na forma das emendas anexas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA DE Nº 01 AO
PROJETO DE LEI Nº 564/97

A Súmula do Projeto de Lei nº 564/97 passará a ter a seguinte redação:

"Proíbe os alunos, professores e demais funcionários das escolas públicas ou privadas, do ensino fundamental e médio, de fumarem cigarros de qualquer espécie, nos recintos das escolas, mesmo nos pátios e áreas de lazer, em dias de aulas."

Sala das Comissões, em 18.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), alterou a expressão "Ensino de 1º e 2º Graus" para "Ensino Fundamental e Médio".

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA DE Nº 02 AO
PROJETO DE LEI Nº 564/97

O artigo 1º passará a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Os alunos, professores e demais funcionários das escolas públicas ou privadas, do ensino fundamental e médio, ficam proibidos de fumar cigarros de qualquer espécie, nos recintos das escolas, mesmo nos pátios e áreas de lazer, em dias de aulas."

Sala das Comissões, em 18.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9.394/96 alterou a expressão "Ensino de 1º e 2º Graus" para "Ensino Fundamental e Médio", razão da apresentação desta emenda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA DE Nº 03 AO
PROJETO DE LEI Nº 564/97

O artigo 4º passará a ter a seguinte redação:

"Art. 4º - Os infratores desta lei, ficam sujeitos às penalidades impostas pelo Regimento Escolar."

Sala das Comissões, em 18.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

Para adequar-se às disposições legais, necessário se faz a modificação de Regimento Interno para Regimento Escolar.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 596/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 084/97, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Formosa do Oeste, em caráter de utilização gratuita, o imóvel rural que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 183, de 28.10.97 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 596/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, do Poder Executivo tem por objetivo a ceder ao Município de Formosa do Oeste, em caráter de utilização gratuita, o imóvel rural que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 654/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 100/97, que aprova abertura de crédito especial no valor de R\$ 2.776.000,00 (dois milhões, setecentos e setenta e seis mil reais), ao vigente orçamento de investimento da EMATER/PR., visando dar continuidade aos programas na área da agricultura. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 202, de 19.11.97 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 654/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito especial no valor

de R\$ 2.776.000,00 (dois milhões, setecentos e setenta e seis mil reais), ao vigente orçamento de Investimento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, destacamos que nada encontramos de natureza legal, regimental e constitucional.

Sendo assim, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 655/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 102/97, que aprova ajuste orçamentário de R\$ 433.000,00 (quatrocentos e trinta e três mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional, visando atender às obras do Projeto Qualidade de Ensino Público do Paraná - PQE/BIRD-FUNDEPAR. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 202, de 19.11.97 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 655/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, que tem por objetivo ajustar o Programa de Obras da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional, no valor de R\$ 433.000,00 (quatrocentos e trinta e três mil reais).

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, destacamos que nada encontramos de natureza legal, regimental e constitucional.

Sendo assim, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2941 e 2968, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2944 a 2950, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2951 a 2953, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2954 e 2955, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2956 e 2957, de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2958, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2960 e 2961, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2962 a 2965, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2966, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2967, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2969, de autoria dos Senhores Deputados Emerson Nerone, Ângelo Vanhoni, Péricles de Mello, Doutor Rosinha e Irineu Colombo, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2971, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles de Mello, Doutor Rosinha, Irineu Colombo Luiz Claudio Romanelli e Emerson Nerone, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2972, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão,

marcando outra para quinta-feira, dia 27, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/97.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 414/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 341/96, 564, 596, 654 e 655/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 186 e 449/97.

Levanta-se a sessão.